

DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS

XIII – Liberdade profissional

Art. 5º (...)

XIII - é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer;

A norma constitucional que trata da liberdade de atividade profissional é de eficácia contida, ou seja, na inexistência de lei que exija qualificações para o exercício de determinada profissão, qualquer pessoa poderá exercê-la, pois a regra é a liberdade no exercício de atividade profissional. Todavia, passando a existir a lei, a profissão só poderá ser exercida por quem atender às qualificações/exigências legais.

Nesse sentido, o STF decidiu que nem todos os ofícios ou profissões podem ser sujeito ao cumprimento de condições legais para o seu exercício, pois, como já mencionado, a regra é a liberdade. Entretanto, quando houver potencial lesivo na atividade, pode ser exigida inscrição em conselho de fiscalização profissional.

EXEMPLO

A atividade de músico prescinde de controle, pois constitui, ademais, manifestação artística protegida pela garantia da liberdade de expressão.

Ainda sobre regulamentação de profissões, o STF considerou constitucional o exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), pois o exercício da advocacia traz um risco coletivo, cabendo ao Estado limitar o acesso à profissão e o respectivo exercício. Se tem, assim, à adequação do exame à finalidade prevista na Constituição - *assegurar que as atividades de risco sejam desempenhadas por pessoas com conhecimento técnico suficiente, de modo a evitar danos à coletividade* – por esta razão, aduziu-se que a aprovação do candidato seria elemento a qualificá-lo para o exercício profissional.

OBSERVAÇÃO

O STF entende no sentido de que é inconstitucional a exigência de diploma para o exercício da profissão de jornalista.

Outra importante jurisprudência é a de que não pode a Fazenda Pública criar obstáculos para a atividade empresarial impondo penalidades no intuito de receber imposto atrasado. Nesse sentido, o STF editou a Súmula nº 323, que assim dispõe: "*é inadmissível a apreensão de mercadorias como meio coercitivo para pagamento de tributos*".

Também não é admissível a exigência, pela Fazenda Pública, de fiança para a impressão de notas fiscais pelo contribuinte em débito com o Fisco. Segundo o STF, "*a exigência, pela Fazenda Pública, de prestação de fiança, garantia real ou fidejussória para a impressão de notas fiscais de contribuintes em débito com o Fisco viola as garantias do livre exercício do trabalho, ofício ou profissão (CF, art. 5º, XIII), da atividade econômica (CF, art. 170, parágrafo único) e do devido processo legal (CF, art. 5º, LIV)*".

XIV – Acesso a informação

Art. 5º (...)

XIV - é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional;

Para melhor compreensão, esse inciso se desdobra em dois, sendo:

- 1) assegura o direito de acesso à informação (desde que esta não fira outros direitos fundamentais);
- 2) resguarda os jornalistas, possibilitando que estes obtenham informações sem terem que revelar sua fonte.

É preciso destacar, que ao resguardar a fonte, não configura conflito com a vedação ao anonimato. E como já estudado anteriormente, caso alguém seja lesado pela informação, o jornalista responderá por seus atos.

QUESTÕES

Questão 01. (FAUEL - 2020 - Câmara de Apucarana - PR - Escriturário Legislativo) Analise as afirmativas abaixo:

I - Liberdade da pessoa física (liberdade de locomoção, de circulação)

II - Liberdade de pensamento, com todas as suas liberdades (opinião, religião, informação, artística, comunicação do conhecimento)

III - Liberdade de expressão coletiva em suas várias formas

IV - Liberdade de ação profissional

Dentre as alternativas qual representa de forma CORRETA e mais completa exemplos de Liberdades Constitucionais?

- a) Somente as afirmativas I e II estão corretas.
- b) Somente as afirmativas I e III estão corretas.
- c) Somente as afirmativas II e III estão corretas.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.

Questão 02. (Quadrix - 2019 - CRESS - SC - Agente Fiscal) Em relação à Constituição Federal de 1988 (CF), julgue o item.

A liberdade de exercício profissional é ilimitada.

() Verdadeiro () Falso

Questão 03. (Quadrix - 2019 - CORECON - PE - Assessor Jurídico) O exercício de atividades econômicas e profissionais por particulares deve ser protegido da coerção arbitrária por parte do Estado, competindo ao Judiciário, à luz do sistema de freios e contrapesos estabelecidos na Constituição brasileira, invalidar atos normativos que estabeleçam restrições desproporcionais à livre iniciativa e à liberdade profissional. Internet: <www.stf.jus.br> (com adaptações).

Tendo o texto acima apenas como referência inicial, assinale a alternativa correta, de acordo com a Constituição Federal de 1988, no que se refere à ordem econômica e financeira.

- a) Não é permitida, em nenhuma hipótese, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado, uma vez que seria concorrência desleal com os particulares.
- b) As empresas públicas e as sociedades de economia mista poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos aos do setor privado.
- c) O Estado favorecerá a organização da atividade garimpeira em cooperativas, considerando a proteção do meio ambiente e a promoção econômico-social dos garimpeiros.
- d) Os estados, o Distrito Federal e os municípios não poderão conceder às microempresas e às empresas de pequeno porte, assim definidas em lei, tratamento jurídico diferenciado.
- e) A refinação do petróleo nacional ou estrangeiro constitui monopólio da União, não sendo possível a contratação de empresas estatais para a realização dessa atividade.

Questão 04. (CESPE - 2019 - DPE-DF - Defensor Público) Acerca dos direitos à liberdade de expressão e de comunicação e ao acesso à informação, julgue o item seguinte.

Embora as notícias falsas que circulam na Internet (*fake news*) prejudiquem o acesso à informação, a liberdade de expressão e de comunicação é direito humano absoluto, portanto imune a qualquer forma de regulação.

() Verdadeiro () Falso

Questão 05. (Quadrix - 2021 - CFT - Técnico Industrial Júnior) No que concerne aos direitos e deveres individuais e coletivos, julgue o item.

É garantido a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional.

() Verdadeiro () Falso

GABARITO

Questão 01. Letra D

Questão 02. Falso (Norma de eficácia contida)

Questão 03. Letra C

Questão 04. Falso

Questão 05. Verdadeiro